

# A República Digital

*Celso Candido*

*À medida que a infosfera continuar crescendo exponencialmente, as metáforas usadas para descrevê-la crescerão também, tanto em escala quanto em complexidade. A ágora do século XX pode perfeitamente se deslocar para o ciberespaço, mas não irá muito longe sem arquitetos de interface que desenhem os projetos.*

Steven Johnson

## 1 Introdução

Este projeto de pesquisa tem como problema central a questão de como a emergência das máquinas e redes cibernéticas interativas de comunicação e informação digitais está transformando os modos do ser e fazer político contemporâneo; enfocando de maneira fundamental a perspectiva de uma teoria política da autonomia, procura-se descortinar as vias de acesso que tornariam possível a construção de uma forma política republicana e democrática.

A vida contemporânea em geral e a atividade política em particular vêm-se, inevitavelmente, problematizadas diante da presença cada vez mais ubíqua do ciberespaço. A amplitude e a profundidade com que as tecnologias e redes de comunicação e informação interativas digitais atravessam os modos de viver e sentir contemporâneos são tais que, sem correr o risco de temeridade, se pode dizer que importantes aspectos da existência individual e social estão sendo afetados e transformados de maneira irreversível.

As interações humano-maquínicas presentes neste processo insinuam-se pelos mais decisivos processos sociais contemporâneos, entre os quais se pode destacar os das comunicações, das relações cotidianas, da vida cultural, do mundo do trabalho e da atividade do próprio pensamento que afetam de maneira

essencial o fazer e a organização política da sociedade, abrindo, pelas suas características peculiares, um espaço virtual efetivo para a construção de uma forma política republicana e democrática.

Para análise e compreensão desse potencial político implicado nesse contexto, procura-se inicialmente traçar o plano de fundo geral no qual se projetam as atuais transformações sociais para, em seguida, focalizar a dimensão mais propriamente política destas.

## 2 Perspectiva Global

A fim de elaborar uma análise global das mutações sociais em curso, uma tarefa preliminar impõe-se. Em primeiro lugar, trata-se de elucidar minimamente o lugar desde o qual o *lógos* aqui está situado; em seguida, explicitar a importância e as principais características da *World Wide Web*; e, ainda, situar o problema da produção de subjetividade associada ao desenvolvimento tecnológico contemporâneo.

2.1 Desse modo, é preciso situar o *lógos* no contexto de três pressupostos fundamentais do pensamento contemporâneo: o do trágico-dionisíaco crítico-dialético; o do fim das certezas; e o da ecosofia.

2.1.1 Do ponto de vista do trágico-dionisíaco crítico-dialético, trata-se de propor um modo de pensar, ao mesmo tempo, negativo e afirmativo. Quer dizer, pensar os processos decorrentes das interações humanas e sociais com as máquinas cibernéticas implica uma atitude intelectual que seja capaz de reconhecer os aspectos mais críticos e os mais afirmativos dos mesmos. Tenta-se, com isto, superar a clássica proposição segundo a qual a tarefa da filosofia consistiria essencialmente ou exclusivamente em uma tarefa crítica. Para ilustrar esta proposição, apóia-se na interpretação da história elaborada por Nietzsche. A virtude desta elaboração consiste em que, sem recusar a análise crítica da história - necessária para superar o que na história mostra-se equivocado - e que, portanto, precisa ser transformado - ,

aponta-se, ao mesmo tempo, para uma dupla dimensão afirmativa da mesma: primeiramente, trata-se de reconhecer *o valor da tradição* inscrita na história, ou seja, é preciso afirmar o que *na tradição* tornou a vida atual possível; e, em segundo lugar, sobretudo, trata-se de afirmar a “história monumental”, isto é, a história das grandes realizações, obras e gênios humanos; afirmar aqui a história monumental significa reconhecer e desejar que ela possa repetir-se e acontecer novamente.<sup>(1)</sup>

Ao mesmo tempo, o trabalho do *lógos* precisa reconhecer-se diante da crítica contemporânea aos pressupostos clássicos da ciência. Destaca-se aqui uma transformação fundamental que consiste na passagem de uma “ciência objetiva” para uma “ciência epistêmica”, quer dizer, a passagem de uma crença na verdade objetiva das descrições científicas para a idéia de que todo conhecimento possível é tão-somente aproximativo, na medida em que, nas descrições dos fenômenos, os sujeitos que os descrevem estão, eles mesmos, implicados nessas descrições. Isto sugere fundamentalmente que os objetos de estudo não estão separados dos sujeitos que os estudam. Não existe, pois, nenhum sujeito, nenhum pensamento transcendente que permitiria garantir uma interpretação verdadeira definitiva de um fenômeno. Este aspecto é sumamente relevante, no quadro das chamadas “ciências humanas”. O pensamento, então, precisa reconhecer-se em um horizonte de grande complexidade, no qual caos e cosmos, razão e desrazão fazem parte do mesmo universo, e que a verdade possível não é nem absoluta, nem totalmente caótica, mas humilde e ousadamente aproximada. Ao mesmo tempo, a crítica da ciência clássica encontra-se diante do desafio de fundamentar suas reflexões em torno de um pensamento transdisciplinar capaz de integrar e *ir além* no seu sistema as disciplinas especializadas.<sup>(2)</sup>

Neste contexto, o trabalho do pensamento pressuposto é inseparável de um protagonismo ecosófico. Aqui, o *lógos*, mais que nunca, se faz carne. Ele aspira situar-se - a si e suas problematizações - no contexto de um “tempo glacial” e um “eu

cósmico”, no paradigma das três ecologias: mental, ambiental e social.<sup>(3)</sup> Trata-se aqui, em síntese, de um esforço monumental que visa colocar o pensamento e a ciência a favor da vida, do ponto de vista da vida, da afirmação da vida, como teria dito Nietzsche.

2.1.2 Por sua vez, a *World Wide Web* - rede multimídia de alcance mundial - acontecimento recente e imprevisto, configura-se como uma nova forma de comunicação e interação humana. Ela implica novas formas de conceber e viver o tempo e o espaço, sendo suas principais características: a transversalidade, a singularidade comunicativa, a interação criativa e a colaboração. A transversalidade significa uma forma de comunicação em rede que não é simplesmente horizontal, nem simplesmente vertical, permitindo que todos os pontos da rede potencialmente se comuniquem com todos os outros. A singularidade comunicativa implica autocontrole e autoprogramação da atividade comunicativa dos sujeitos entre si e consigo mesmos. A interação criativa vai um pouco além, na medida em que o que está em questão não é apenas o autocontrole e a autoprogramação de um conteúdo comunicativo já dado, mas, como ressalta Tim Berners-Lee, sobretudo, a *intercriatividade*, na qual se é ao mesmo produtor e consumidor de informação e de cultura. O caráter colaborativo significa reconhecer o fundamento originário da Web, quer dizer, o de ter sido criada como um instrumento de colaboração entre as pessoas, na pesquisa e no trabalho.<sup>(4)</sup> Ainda, destaca-se o *computador em rede* como o principal meio desta nova forma híbrida de comunicação o qual concentra em si virtualmente os meios de comunicação, tais como o telefone, o rádio, a televisão, o livro e o jornal.

2.1.3 Por fim, situado principalmente na perspectiva proposta por Guattari, a subjetividade aqui é compreendida a partir de uma heterogeneidade de fatores que concorrem para a sua produção. A subjetividade é essencialmente produtora e produzida historicamente. Sua natureza é industrial, institucional, epocal, devendo ser considerada para além das divisões

tradicionais entre o indivíduo e a sociedade, o consciente e o inconsciente. Existe, pois, uma subjetividade que é individual, mas que é também institucional, que atravessa tanto grupos como indivíduos e suas relações, a partir de uma polifonia de vetores de subjetivação, em que se destaca contemporaneamente o papel dos *mass media* e dos meios informáticos de alcance mundial.<sup>(5)</sup>

Aqui, então, se coloca a questão de como e quanto os meios tecnológicos determinam ou não as configurações subjetivas. Considera-se como inapropriada a proposição de um determinismo tecnológico puro e simples, na medida em que os meios não determinam por si mesmos os modos de comportamento humano. Entretanto, segundo McLuhan, os meios não são absolutamente “neutros”. Ao contrário, cada meio em si mesmo carrega sua mensagem fundamental, *condicionando*, deste modo, certas possibilidades do agir humano. Para McLuhan, a mensagem de um meio é “a mudança da escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas”. Assim, por exemplo, o microscópio e o telescópio introduzem uma mensagem que acaba por alterar a compreensão humana da natureza das coisas e do espaço cósmico. O “meio é a mensagem” significa, então, que a mensagem produzida através destes meios é propriamente ampliação e penetrabilidade, expansão e profundidade visual. Assim, meios tecnológicos por certo não determinam este ou aquele modo de pensar e viver; mas não sendo neutros, e, de acordo com sua mensagem, eles possibilitam, virtualizam, potencializam este ou aquele modo de viver e pensar, ver e saber.<sup>(6)</sup>

2.2 Assim, a análise das interações humanas com as tecnologias de comunicação interativas pretende aprofundar a compreensão da *mensagem* fundamental de intercriatividade e das potencialidades e virtualidades contidas nesta monumental Web humana.

2.2.1 Sendo, como diria Aristóteles, o humano um animal naturalmente político, a comunicação aparece como um princípio fundamental deste viver em sociedade. Para Maturana e Varela, a comunicação constitui a trofolaxe propriamente humana. Sendo,

pois, substancial, ela é o meio através do qual a própria psique é formada. A mente é, nesta medida, compartilhada no conjunto das relações e intercâmbios lingüísticos. A comunicação estaria, neste sentido, mais para o lado das infra-estruturas econômicas do que das superestruturas simbólicas.<sup>(7)</sup>

Desse modo, a mente, a cultura e a organização política vão se configurando segundo as interfaces comunicativas instituídas historicamente. Na oralidade primária, predomina um modo de coexistência essencialmente determinado pelos recursos da fala. Toda a cultura, toda ordem política, toda memória estão condicionadas pelo manejo da linguagem oral, implicando, uma trofolaxe na qual os corpos vivos deveriam estar necessariamente presentes. Corpo e mente são indissociáveis. Aí, quando um velho morre, é uma biblioteca que se queima.<sup>(8)</sup> Com o advento da escrita, a comunicação se desencarna do corpo presente. Agora, o edifício político e cultural pode ser mediado indiretamente através dos textos os quais, com o advento da prensa, durante o século XV, vão instituir um novo modo de organizar as relações políticas e culturais da sociedade. A escrita vai permitir uma transgressão dos limites territoriais e físicos, permitindo uma comunicação a distância que, antes, na oralidade, seria inimaginável. Já, a partir do final do século XIX e durante grande parte do século XX, o rádio e a televisão vão ocupar grande parte do cenário comunicativo humano, transformando-se nos principais instrumentos de organização econômica e cultural da sociedade. Na forma de uma comunicação instantânea, o rádio e a televisão vão instituir as primeiras ágoras eletrônicas, transmitindo para massas de ouvintes e telespectadores as notícias da hora, superando em velocidade e movimento, os limites da comunicação escrita.

Com a emergência das redes de comunicação mediada por computador, uma nova interface comunicativa está sendo instituída desde o final do século XX. Diferentemente da mídia eletrônica de massas, caracterizada por ser uma forma de comunicação essencialmente heterônoma e passiva, a Web é em uma forma de comunicação híbrida, implicando uma

participação essencialmente desejante, autônoma e intercriativa.

2.2.2 Neste contexto de uma “trofolaxe digital” interativa, a vida cotidiana é afetada das mais diferentes formas. Através da comunicação pessoal e institucional por *e-mail*; dos encontros e debates em *chats* de conversação e dos comunicadores instantâneos - escrita e, recentemente, audiovisual; através de um *mercado eletrônico* no qual se pode fazer todo tipo de transação comercial e bancária; dos *agentes de pesquisa* que permitem acesso filtrado a todo tipo de assunto imaginável; através dos infinitos *web sites* que se proliferam infinitamente; dos *grids* de computação compartilhada que permitem acesso direto e independente a conteúdos multimídia; através de bibliotecas digitais e comunidade virtuais de aprendizagem; de *webcams* espalhados no mundo todo etc., vai se criando novas possibilidades do compartilhar e do viver cotidiano; vizinhança digital, sexo virtual, educação a distância, comércio eletrônico; transformando em públicos os espaços que antes eram privados; assim aos poucos e cada vez mais rapidamente uma nova arquitetura de um cotidiano *on line* vai se delineando.

2.2.3 A cultura, por sua vez, na idade do computador, poderá ser vivida em toda sua intensidade, pois todos os participantes da rede potencialmente podem ter acesso à totalidade da cultura produzida pela humanidade. Trata-se bem de uma nova Alexandria, digital, multimídia e desterritorializada, ao alcance da mão. Além disso, gostaria-se de destacar dois importantes aspectos ecosóficis aí: primeiramente, a produção e reprodução dos bens culturais nas redes digitais tem impacto ambiental mínimo. Um único exemplar de um jornal digital pode ser distribuído e consumido em todo o planeta com custos ambientais irrisórios comparados aos de um jornal de papel. Em segundo lugar, e talvez ainda mais importante; se a perspectiva freudiana, segundo a qual, o desenvolvimento cultural teria o potencial de sublimar os instintos destrutivos humanos, se revela verdadeira; então, quem sabe, este enriquecimento cultural virtual da subjetividade possibilitado por esta

Alexandria digital não faria desta uma grande fonte na construção de uma cultura da paz?

2.2.4 Ao mesmo tempo, do ponto de vista do mundo do trabalho, assiste-se a uma mutação amplamente sustentada pelas novas máquinas de produção e redes cibernéticas de comunicação, em direção à desmaterialização do modo de produção industrial, através de três grandes movimentos: o da cibernização da atividade produtiva; o da economia do conhecimento; e o da emergência do trabalho imaterial. A cibernização do trabalho indica um profundo processo de mudança no modo de produção na forma da automação industrial e gerencial, desconstruindo duas personagens centrais da indústria moderna tradicional: o operário e o burocrata assalariados. A economia do conhecimento reconhece um novo estágio no desenvolvimento das forças produtivas no qual o conhecimento, a ciência e a pesquisa passaram a ocupar um lugar absolutamente central; conforme Pierre Lévy, a civilização humana teria ingressado no “noolítico”, na idade da pedra do saber, transformando o sentido das instituições educacionais e a própria natureza do trabalho; hoje, aprende-se por todo o tempo e toda a parte, ao mesmo tempo, em que o principal da atividade produtiva consiste na “transação de conhecimentos”.<sup>(9)</sup> Por fim, a noção de trabalho imaterial indica um novo modo de produção e um novo lugar do intelecto na produção e nas relações de trabalho. Os bens que resultam deste “modo de produção imaterial” são, eles também, em grande parte, imateriais, tais como: os conhecimentos, as modas, os gostos, as opiniões, as informações, as relações públicas, o rock etc. Esse modo de produção, por sua vez, tende a tornar-se explicitamente hegemônico nas sociedades contemporâneas. Segundo Toni Negri e Maurizio Lazzarato, o cérebro dos trabalhadores tornou-se a principal força produtiva e o principal capital fixo contemporâneo. Essa perspectiva é a da emancipação do trabalho, pois, agora, os capitais tornam-se eles mesmos cada vez mais dependentes da liberdade e da criatividade do trabalhador intelectual.<sup>(10)</sup>

2.2.5 Ainda neste contexto, uma das mais notáveis desterritorializações experimentada com a emergência da *World Wide Web* talvez seja aquela relativa ao trabalho do próprio pensamento. Até o nascimento das tecnologias eletrônicas de processamento de textos, o trabalho do pensamento esteve, desde pelo menos a tradição que se inaugurou com Platão no ocidente, circunscrito a uma tinta sobre o papel - tradição que encontrou no mesmo Platão um de seus maiores críticos.<sup>(11)</sup> Sem dúvida, os procedimentos de impressão trouxeram uma relativa mobilidade ao pensamento escrito. Mas com a emergência do texto eletrônico, o pensamento ganha uma plasticidade inimaginável na era do texto impresso. A bricolagem agora é total. Recorta-se, insere-se, deleta-se, transfere-se palavras, frases e parágrafos de um lado ao outro da superfície do papel digital. Um texto, agora, aproxima-se muito mais da própria atividade do pensamento, uma vez que se faz de modo aberto, pois, na forma digital, ele é sempre um texto inacabado. A forma de construir o texto eletrônico aproxima-se mais da forma como o escultor ou o pintor elabora sua peça e seu quadro. Ele está permanentemente aberto à intervenção e à atualização. E uma vez caído nas redes de comunicação eletrônicas, ele pode se fazer presente e se reproduzir à velocidade da luz em qualquer ponto da rede. Aí ele torna-se um entretexto virtualmente conectado a todos os demais textos através de hiperlinks. É o nascimento do hipertexto, ou seja, de um modo pensar associativo, transversal, imediatamente público e mundial. Deste modo, diferentemente do pensamento escrito impresso, segundo Platão, não dialético pela sua imobilidade estática, o pensamento eletrônico hipertextual pode reencontrar o espaço de uma escritura com grande capacidade de mobilidade, sempre renovável, dialogal, e, portanto, inédita e essencialmente dialética.

2.2.6 Neste horizonte de transformações sociais, econômicas e culturais emergentes, as interações recorrentes entre os indivíduos e as instituições sociais com os computadores em rede potencializam formas inéditas de organização e participação política dos cidadãos. Na medida em que instaura uma

nova forma de comunicação interativa de todos-com-todos - superando as comunicações de massa verticais de mão única de um-para-todos - e desterritorializa o espaço da colaboração e do agonismo humanos - superando os limites de encontro e diálogo impostos pelos territórios geopolíticos e físicos tradicionais; na medida também em que potencializam uma participação e apropriação irrestrita da cultura; e na medida ainda em que virtualizam uma nova relação com o tempo e o modo de trabalho: ócio provocado pela automação, de um lado, e desenvolvimento livre da criatividade e das faculdades intelectuais provocado pela economia do conhecimento e pelo trabalho imaterial de outro; emerge aquilo que se poderia chamar de uma *Ágora Virtual Planetária* a qual permitiria a participação direta dos cidadãos na tomada de decisões que dizem respeito a sua vida, a sua cidade e ao seu planeta.

2.3 Para terminar esta primeira abordagem geral, diria-se, em síntese, que do ponto de vista das comunicações, percebe-se a passagem de uma comunicação de massas heterônoma e passiva, para uma forma de comunicação essencialmente autônoma e intercriativa. Na continuidade desta grande mutação na trofolaxe humana, verifica-se uma transformação de um cotidiano territorializado para um cotidiano desterritorializado, no qual boa parte das relações estão sendo vividas no próprio ciberespaço. Na atividade cultural, por sua vez, observa-se uma mutação essencial de uma "cultura industrial atômica" para uma "cultura cibernética digital", configurando o "prossumidor" cultural e a Alexandria digital verde. Neste contexto, as relações de trabalho estão sofrendo uma transformação profunda que consiste no deslocamento de um modo de produção essencialmente industrial e material para um modo de produção fundamentalmente automatizado e imaterial; ou seja, mediado, em grande parte, pelas máquinas e tecnologias cibernéticas de produção e comunicação, a principal atividade produtiva é aquela concernente ao trabalho intelectual. Ao mesmo tempo, no contexto das redes interativas de comunicação, o pensamento eletrônico hipertextual superando os limites

da escrita impressa estática permitiria o nascimento de uma escritura digital essencialmente dialética. Por fim, da perspectiva da atividade política, este novo contexto potencializaria a emergência de uma cidadania participativa, deliberando *diretamente* acerca de suas questões políticas, em uma *República Digital*.

Desse modo, as redes cibernéticas de produção e de comunicação desejantes contemporâneas carregariam um grande potencial de expansão cultural e de autonomia narrativa "hipertextual". Assim, uma nova ecosofia política e cultural estaria emergindo: *monumental* forma de intercomunicação, a Web seria o novo lugar de construção do hipertexto humano.

### 3 A criação da República Digital

Neste A interação humana com as novas tecnologias intelectuais e cibernéticas, virtualizam novas condições materiais e imateriais para o conjunto da atividade política. Tais tecnologias, como se abordou anteriormente, no âmbito da *trofolaxe lingüística humana*, possibilitam uma comunicação interativa e uma apropriação crescente do conhecimento e da cultura, acumulados pela civilização, ao mesmo tempo *desterritorializam* o espaço e o tempo público do *agonismo* e da colaboração da cidadania; enquanto, no âmbito do *modo de produção*, potencializam uma liberação geral do tempo de trabalho manual e mental de reprodução da existência e, conseqüentemente, uma ampliação do *tempo livre*, de um lado, e, de outro, se relacionam de modo íntimo, dão consistência e suporte ao trabalho imaterial e seu capital intelectual. Dessa forma, elas potencializam as condições efetivas para a emergência de uma prática no sentido de uma subjetivação política em direção à autonomia em uma espécie de *Ágora* virtual.<sup>(12)</sup>

3.1 A idéia de *Ágora* virtual aqui evocada não deveria ser entendida em um sentido político estrito, tal como se tende a fazer, às vezes. Antes, ela quer indicar propriamente um espaço público da discursividade existencial e, portanto, o

espaço de relações governamentais, econômicas e culturais.

Se, como diz Pierre Lévy, "o ciberespaço, interconexão dos computadores do planeta, tende a tornar-se a infraestrutura maior da produção, da gestão e da transação econômica. Ele constituirá brevemente o principal equipamento coletivo internacional da memória, do pensamento e da comunicação".<sup>(13)</sup> Então, o ciberespaço seria um *lugar* onde os seres humanos estão se movimentando, em seu agonismo e sua colaboração social. Entretanto, trata-se também de uma nova experiência quanto ao tempo destas relações. O tempo da subjetividade industrial é essencialmente padronizado, controlado, milimetrado, militarizado, tal como um meio extraordinário como a televisão ou o rádio, sendo de massas, implicam sempre um mesmo tempo para todos que desejarem assistir a esta ou aquela programação. É um tempo sincrônico. Assim, todos têm a mesma hora para ir ao trabalho, para assistir a seus programas favoritos na televisão - condição sem a qual o estabelecimento de uma sociedade de massas seria impensável, na qual os movimentos crescentes devem ser padronizados com o risco de caso contrário destruir a própria sociedade. Uma diferente noção de tempo encontra-se nas relações contemporâneas mediadas pela mídia cibernética: o tempo assíncrono das velocidades crescentes nos processos de trabalho, de produção de conhecimento, de comunicação e de transporte; o tempo da complexidade e do "fim das certezas". Assim, tempo e espaço cibernéticos implicam, cada vez mais, o recurso às habilidades tecnológicas e capacidades intelectuais dos coletivos institucionais complexos - ao trabalho em rede, operando no duplo movimento do tempo e do espaço síncrono e assíncrono.<sup>(14)</sup>

A hipótese levantada aqui é a de que, de tal maneira hoje os destinos humanos estão ligados às interfaces técnicas de comunicação, controle e produção que, no limite, a liberdade e a autonomia possíveis só poderiam ser vividas *de fato* como *tecnoliberalidade*.

3.2 A liberdade é uma das maiores, senão a maior de todas as buscas e lutas

humanas. Movimentos, tratados, monumentos de “beleza e horror” foram criados e destruídos em nome da liberdade. Da liberdade contra a insolência dos opressores e o medo dos escravos. Da liberdade contra os limites do tempo e do espaço e a ignorância. Da liberdade contra a alienação dos donos da verdade. Da liberdade contra o preconceito que desirmana. Da liberdade contra a tirania do “atual”.

Com efeito, para Hegel, a liberdade era a condição primeira da própria modernidade. Aí, “não ser escravo” constituía o dado essencial. A liberdade, princípio fundante da filosofia, se teria tornado a própria condição humana na modernidade.<sup>(15)</sup> Idéia que Marx tentou demonstrar como ilusão metafísica, uma vez que a liberdade não se realiza apenas na forma da “consciência da liberdade”, mas na da efetiva pragmática, na práxis social, ou seja, a liberdade não poderia ser realizada no horizonte de uma sociedade dividida em classes, com divisão do trabalho manual e intelectual. A liberdade só se realizaria a partir de uma revolução que colocasse abaixo a sociedade capitalista dividida em classes, abrindo, assim, o caminho para o “reino da liberdade”.<sup>(16)</sup>

A liberdade é, nas palavras de Hannah Arendt, o verdadeiro sentido da atividade política de modo tal que a história da humanidade teria sido a história da luta pela liberdade contra a tirania.<sup>(17)</sup> Assim, também para Cornelius Castoriadis, o problema político fundamental não seria o da felicidade, mas o da liberdade.<sup>(18)</sup> Norberto Bobbio, por sua vez, pretendia que a grande questão política contemporânea seria o da luta da democracia contra o totalitarismo, ou em outras palavras, o da liberdade contra o despotismo.<sup>(19)</sup> Para Aristóteles, o que aspira todo ser vivo é a sua independência para viver, pois o que torna a vida desejável é sua auto-suficiência. Ainda, na perspectiva do filósofo grego, a liberdade é condição da democracia, assim como a igualdade, sendo o rodízio nas relações de mando e obediência aquilo que garante aos cidadãos se tornarem livres e iguais. Isso é o que garantiria o bom funcionamento de um Estado feliz e próspero. Em todo caso,

somente o cidadão considerado livre podia exercer o poder, na *polis* antiga.<sup>(20)</sup>

Em seu discurso, *Da liberdade dos antigos comparada a dos modernos*, Benjamin Constant identificou a diferença entre essas duas formas de liberdade. Para os antigos, afirma o autor, liberdade significava exercício no poder coletivo da *polis*, enquanto, para os modernos, tratava-se da busca e exercício da liberdade individual. Assim, os antigos realizariam a liberdade no exercício do poder, enquanto os modernos, no da liberdade privada. Essa liberdade privada é, segundo Constant, irreduzível à modernidade.<sup>(21)</sup>

3.3 Entretanto, ainda que se possa ter uma idéia da liberdade,<sup>(22)</sup> ela é uma dimensão da existência individual e coletiva, que se dá sempre somente no horizonte de sociedades definidas, temporal e espacialmente. Como diz Aristóteles, o humano é um animal naturalmente político. Isso significa que a liberdade de um *não termina* quando começa a do outro; ao contrário, ela só realmente existe quando o outro também é livre. A liberdade - mesmo a mais individual de todas - só existe *em* uma dada sociedade e *em relação a um outro*. Do contrário, ela é apenas uma ilusão, uma alienação.

Retomando uma vez ainda Benjamin Constant: a liberdade dos antigos era de um tipo diferente da dos modernos, devido ao fato de que os primeiros utilizavam a guerra como modo de apropriação, enquanto os segundos se valeram, sobretudo, do comércio como forma de adquirir o que desejavam, criando, dessa forma, uma nova condição em que se destacam os aspectos pacíficos dos indivíduos; estes não precisam mais, como os antigos, estar permanentemente mobilizados pelo Estado para enfrentarem as freqüentes guerras de conquistas.<sup>(23)</sup>

Assim, a liberdade se dá sempre em relação a um outro, dentro de uma coletividade e só se realiza de forma contextualizada, de acordo com as características fundamentais da época em questão. Ora, precisamente um dos aspectos determinantes da época atual é o desenvolvimento da tecnologia em uma dimensão inusitada e irreversível, jamais

vista, conformando o que se poderia chamar de uma *sociedade tecnológica*, de modo que pensar a liberdade contemporaneamente, implica pressupor a extrema dependência da sociedade atual à revolução tecnológica e científica em curso.

3.4 Sem dúvida, a história da humanidade está associada, em expressiva medida, à história das revoluções tecnológicas. Observa-se que grandes conquistas da humanidade e grandes saltos da civilização estiveram ligados ao aperfeiçoamento da técnica e da ciência, por exemplo, o uso do fogo, as ferramentas agrícolas, a prensa, a pólvora, a indústria, a engenharia genética, a conquista espacial.<sup>(24)</sup>

Assim, os destinos humanos aparecem inteiramente dependentes das máquinas técnicas que habitam o imaginário e as instituições sociais. Uma máquina de lavar louças, um computador, um automóvel, uma montadora; óculos, lunetas, microscópios, vídeos, câmeras; máquinas que ampliam, virtualizam a capacidade humana de compreender e viver em seu mundo e sem as quais já não se poderia imaginar sua existência. As máquinas não são a antítese do humano; antes, são seu prolongamento, criação, objetos de seu desejo.<sup>(25)</sup> *A máquina é a melhor amiga do homem.*

3.5 Dessa maneira, no mundo contemporâneo, no contexto da automação do trabalho e das interfaces comunicativas interativas, quais serão os *laços éticos* da cidadania cibernética mundial? Que tipo de cidadania estará em questão a partir da relativização do papel dos estados-nações e a emergência de uma sociedade mundial com suas inéditas características *ciberculturais* e *infoespaciais*?

O fato é que os laços que constituem o imaginário e o sentido da cidadania, no interior desta *rede mundial*, são distintos e as vezes mesmo antagônicos aos tradicionais laços territoriais da cidadania. A *afetividade*, própria à constituição de uma verdadeira cidadania, necessária para a construção do imaginário e do sentido existencial e social, desenvolve-se, cada vez mais, nas redes digitais em outras dimensões da cultura, do tempo e do espaço. Assim,

vão-se constituindo, por exemplo, pátrias virtuais do conhecimento, da música, da ecologia, dos mais diversos tipos.

Nesse universo, a *opinião pública*, como se viu, é necessariamente internacional, interativa e interessada, na medida em que, no nó de rizomáticas conexões que a constituem, o sujeito da comunicação não é somente um consumidor passivo, mas *também ativo* da informação e do conhecimento. Então, a tendência é a de se formar um novo tipo de opinião pública, plural em seu sentido mais radical, pois ela não será mais apenas aquela deste ou daquele “editor” ou “animador” dos grandes meios de comunicação de massa como os conhecemos hoje, mas pertencerá, por direito e dever, a todos os membros da sociedade comunicativa.

De fato, as novas relações sociais, econômicas e culturais, determinadas pelo tempo e espaço cibernéticos produzem virtualmente a apropriação da atividade política em larga escala e em primeira pessoa, redesenhando a possibilidade de emergência de uma nova *subjetividade política*, um novo tipo de cidadania, mundial, desterritorializada e participativa. *Cidadania do tempo livre e da cultura em alta escala, a força da inteligência coletiva*. Trata-se, então, da instituição de uma nova forma de auto-organização política e econômica da sociedade a partir do uso das novas tecnologias de produção e comunicação, na qual os indivíduos e grupos sociais encontram a possibilidade de participação direta nas decisões e destinos de sua vida política, em níveis local, nacional e internacional. É o nascimento da *Ágora* virtual.<sup>(26)</sup>

3.6 Como se sabe, desde a filosofia política clássica, a democracia é a forma de governo segundo *a liberdade* e na qual o povo exerce *diretamente* o poder. Como indica a etimologia da palavra: *Demos*, significa povo e *Cracia*, poder; logo, a *democracia* é o poder do povo. Segundo Aristóteles, a alternância no mando e na obediência é o primeiro atributo da liberdade e esta constitui a arte política de “mandar e obedecer, cada um por sua vez”. O segundo é viver como se quer. A democracia é, também, um regime baseado

na igualdade de direitos e deveres, pois, como diz Aristóteles, o “princípio fundamental” de todas as democracias “é o direito que fazem resultar da igualdade numérica”.<sup>(27)</sup>

Não se pode esquecer aqui de que, diferentemente da filosofia política moderna, a filosofia política clássica desconfiava aristocrática e francamente da democracia como forma de governo. Platão, em sua monumental *República*, ao analisar a degeneração do Estado, apresenta uma teoria circular das formas de governo; a forma ideal de República, a Aristocrática - patriarcal, guerreira, territorial - degenera por alguma razão, “no fundo desconhecida”, em Timarquia. Esta por sua vez, no acirramento da vontade de poder, glória e honra de seus concidadãos, degeneraria em uma forma de governo oligárquica. Na Oligarquia, os governantes estão preocupados apenas consigo mesmos e se esquecem da grande massa do povo a qual, por sua vez, se organiza e institui uma forma de governo Democrática a fim de coibir os abusos daqueles ricos e gerar maior benefício para a maioria. No regime Democrático, entretanto, os cidadãos acabam, pelo excesso de liberdade que este propicia, se esquecendo de suas responsabilidades políticas, deixando aberto o caminho para os Demagogos. A Demagogia segue ainda o Platão republicano, é o caminho para a Tirania. O ciclo se completa quando, então, sob regime tirânico, os aristocratas, mais uma vez, se reúnem para acabar com a Tirania.<sup>(28)</sup> Já o famoso historiador Tucídides, em sua *História da guerra do Peloponeso*, condena peremptoriamente a Democracia como forma de governo, considerando-a autoritária e nefasta.<sup>(29)</sup> Em Aristóteles, a Democracia é uma das três más formas de governo, junto com a Oligarquia e a Tirania. Entretanto, ela é a melhor entre essas três, na medida em que, sendo o governo da maioria e para a maioria, pelo menos, tem o valor de governar para a maior parte do Estado. Quando um governo de muitos governa para todos, pobres e ricos, trata-se da República. As duas outras formas de governo boas, a Aristocracia e a Monarquia têm em comum com a República o fato de que, sendo de poucos ou de um, o governo

dirige suas intenções para o bem “de todos”.<sup>(30)</sup>

Na modernidade, entretanto, a democracia será amplamente louvada, da esquerda à direita e vice-versa, tendo, entretanto, críticos do mesmo amplo espectro. A democracia é o regime da liberdade em oposição à tirania. A modernidade representa os ideais de liberdade e igualdade para todos. De Hegel a Marx, Kant a Marcuse, Locke a Hannah Arendt, a liberdade é o canto altissonante da modernidade, e a democracia a forma de governo elogiada como a mais própria e adequada a esta época.<sup>(31)</sup> E, enquanto a igualdade se vê relativamente desafiada diante do ideal da diversidade da pós-modernidade, a liberdade - pelo direito à diferença aí evocado - continua sendo a grande aspiração política. Norberto Bobbio considera que a principal questão quanto às formas de governo se resumiria em duas tendências opostas, uma que se objetiva pela liberdade, outra, pelo autoritarismo; de modo que, contemporaneamente, as duas grandes formas políticas seriam a democracia de um lado, reunindo os defensores da liberdade, e o totalitarismo, de outro, reunindo entre os defensores da autoridade.<sup>(32)</sup>

Entretanto, a simples igualdade numérica e a liberdade não garantem necessariamente a uma determinada sociedade tomar as melhores decisões. Para que as deliberações de cidadãos livres e iguais sejam efetivamente as “melhores decisões”, duas, pelo menos, são condições indispensáveis: tempo livre e formação. A deliberação implica análise, reflexão, debate. Sem tempo livre o cidadão é impedido de ouvir e argumentar; suas decisões são naturalmente precipitadas. Da mesma forma, um cidadão pouco ou mal formado tem maiores dificuldades de raciocínio e clareza; sem esclarecimento, a tendência é deliberações imprudentes e equivocadas.

Essas condições, por sua vez, só se tornam possíveis socialmente. Assim, a Antiguidade, com seus escravos, e suas guerras e a modernidade, com seus operários industriais e seu comércio, tornaram possível uma certa liberdade, *para poucos* ou *muitos*, mas não *para todos*, como

se poderia imaginar em uma sociedade do conhecimento, liberta do trabalho braçal e mental alienantes para simples subsistência, e aberta para o trabalho e o ócio criativos.

Como se falou antes, a abertura para o tempo livre e a formação cultural universal em alta escala se colocam como *possibilidade concreta* no contexto contemporâneo de um modo de produção e comunicação cibernético. As noções tradicionais de tempo e espaço se alteram; as fronteiras territoriais não são mais facilmente delimitadas; o trabalho para simples reprodução da vida é automatizado; a memória e o conhecimento vivem uma dimensão cibernética universal; é possível comunicar-se com o mundo todo de forma interativa e interessada. A antiga praça pública grega está, assim, se transformando em praça virtual planetária.<sup>(33)</sup>

3.7 Nesse sentido, aqueles argumentos que, durante a modernidade industrial, pretendiam impugnar a idéia de liberdade baseada no conceito de *democracia direta* através da idéia de uma *democracia representativa*, um, o da ausência de *tempo livre* para debater e deliberar e, por conseguinte, a deficiência de formação, no contexto da Alexandria Digital e do Trabalho Imaterial, com sua economia do conhecimento e da informação e do trabalho intelectual, aparentemente, perdem sentido, na medida em que, justamente, tais subjetividades cibernéticas permitem uma liberação do tempo de trabalho manual e intelectual embrutecedor, bem como uma efetiva ampliação da formação qualitativa. Da mesma forma, coloca-se em questão outro daqueles argumentos, o qual consistiria em fazer ver a impraticabilidade da liberdade participativa porque, em última análise, os Estados modernos são imensas unidades territoriais, com grandes massas de populações, o que impediria a participação direta no poder, pois é praticamente impossível reunir, em praça pública, milhões de cidadãos, na medida em que os sistemas de comunicação organizados ciberneticamente constituem, como se viu, pela primeira vez na história da civilização, uma comunidade comunicativa internacional em larga escala. Mundial, desterritorializada, dinâmica, heterogênea,

a *praça pública virtual real* está ao alcance da mão de cada integrante da rede comunicativa, ao alcance de um *clique desajante*.

3.8 Dessa maneira, a sociedade, baseando seu modo de produção e comunicação nas tecnologias cibernéticas, está aberta à possibilidade do exercício do poder público direto em diferentes níveis da atividade política - micro e macropolíticas nacional e internacional - o cidadão do mundo: expressão de uma "cidadania ecológica" - e de uma ampla liberdade existencial de ação e de pensamento, na medida em que coloca, *potencial e objetivamente* à disposição *de todos*, o tempo livre, o espaço humano virtual desterritorializado, a riqueza cultural, a memória e o conhecimento acumulado da civilização, condições sem as quais jamais se poderia constituir uma boa forma de governo e uma liberdade autêntica.

É nesses termos, pois, de uma aspiração profunda à liberdade, que constitui o fundamento da existência humana na época moderna e no contexto das sociedades altamente desenvolvidas tecnologicamente que, para o bem ou para o mal, fala-se da liberdade enquanto *tecnoliberalidade*.

3.9 Para Paul Virilio, entretanto, a sociedade detonada pela "bomba informática" não é a da tecnoliberalidade. Ao contrário, é a sociedade de dominação imperial norte-americana, na medida em que, justamente, a informática seria uma de suas estratégias de poder.<sup>(34)</sup> A sociedade informática - e seu fundamento material o *ciberespaço* - não seria senão um jogo no qual os resultados já estariam previamente definidos, a favor do Império. Assim, a Web, longe de significar o potencial de liberação criativa e produtiva, hipótese amplamente debatida neste trabalho, representa uma extensão do controle e dominação imperial sobre o mundo.

De fato, os norte-americanos são aqueles que maior presença têm no *ciberespaço*, ocupando posição privilegiada, não apenas estatisticamente, em número de internautas,<sup>(35)</sup> mas em termos de qualidade de infra-estrutura, de preços e produtos digitais, de computadores, *sites* e

informações. Sobretudo, deve-se destacar o papel predominante da língua inglesa no interior do *ciberespaço*, constituindo, sem dúvida, sua grande língua mãe.

A ampla difusão do inglês na Web não implica, entretanto, o esmagamento de outras línguas, ao contrário. Do grego ao japonês, do árabe ao chinês, a Web se vê povoada por muitas línguas e linguagens. É claro que o peso que cada língua terá no seu interior será relativo ao esforço de cada uma delas e da capacidade cibernética de tradução. Em todo caso, nem sempre quantidade significa imediatamente qualidade e, a esse respeito, há grandes contribuições em diferentes línguas, francesa, alemã, portuguesa, espanhol, além da inglesa, é claro.<sup>(36)</sup>

É preciso reconhecer, por outro lado, que a sociedade informática não é apenas determinada pela dinâmica da política imperial, mas também pelos múltiplos e complexos interesses industriais, comerciais, culturais, tecnológicos e sociais, como é o exemplo da própria indústria informática e da pesquisa científica de um lado, e dos movimentos culturais autônomos, de outro. Assim, retomando o exemplo do *Homebrew Computer Club*, nascido nas entranhas do próprio Império, em 1975, a partir do qual teria começado, segundo Gillies e Cailliau, a era do computador pessoal,<sup>(37)</sup> tratava-se aí do desejo de arrancar o *personal computer* dos poderes de estado e devolvê-lo às pessoas comuns. Ao mesmo tempo, a própria Web é resultado de uma série de iniciativas autônomas de pesquisadores do mundo todo, com suas paixões e invenções improváveis. Exemplos de despreendimento e criatividade pessoais singulares, sendo o maior deles, o do próprio Tim Berners-Lee.

Dessa forma, pode-se dizer que as estratégias de desenvolvimento das novas tecnologias em rede não pertencem, de fato, nem de direito, nem estão subordinados somente ao campo dos interesses do império norte-americano e empresariais. A esse respeito, vale a pena contra-argumentar com Toni Negri:

Navegar na rede (...) não é apenas desenvolver informação, mas exprimir

potência; talvez seja simplesmente viver. Por que ter medo de perder-se no oceano das informações? Sempre haverá uma informação que acrescente um valor à vida, um excedente que a impedirá de perder-se. Quando se navega na rede, surge não apenas o eterno paradoxo do infinito possível e da limitação do meio, mas uma outra tensão paradoxal: a do trabalhador explorado e do rebelde, do hacker, do sabotador: aqui há vida, irredutível, há astúcia e autovalorização.<sup>(38)</sup>

3.10 Entretanto, existe o fato facilmente constatável de que parte considerável dos seres humanos encontra-se ainda excluída dessas redes digitais desejantes de comunicação não por opção, mas por coação econômica; ou seja, já excluídos da sociedade de consumo, sequer podem sonhar em comprar um computador e, menos ainda, acessar a Internet, quando está em questão o ganha-pão elementar. Com efeito, esta Web digital estaria reservada apenas a poucos privilegiados, e a maioria estaria condenada a viver à margem do ciberespaço.

Assim, na verdade, o ciberespaço, ao contrário do que se *projeta* aqui com a idéia de uma *República digital*, trabalharia para dividir ainda mais os homens, reservando a uns a produção e o acesso à cultura e ao conhecimento, enquanto a outros, uma exclusão deste acesso? A autonomia possível aqui estaria reservada a poucos, àqueles que conquistarem este capital intelectual imanente às redes desejantes de comunicação?

Sem dúvida, será cada vez mais difícil, daqui para frente, conquistar um mínimo de autonomia para além ou aquém das redes interativas de comunicação e, em grande parte, a autonomia está reservada aos participantes da rede. Volta-se ao livro. Todos aqueles que não podem ainda hoje, por preguiça ou falta de tempo ou dinheiro, acessar a leitura de uma obra estão praticamente excluídos dos lugares a que o livro é capaz de levar. Com certeza, essa é também uma forma de marginalização, mas não significa que, por isso, se deseja acabar com o livro como interface de comunicação e relação humana.<sup>(39)</sup>

De fato, a maior parte dos seres humanos deste planeta encontra-se hoje marginalizada do ciberespaço, assim como do livro. A esse respeito, o problema não está no ciberespaço em si mesmo, mas no conjunto dos valores da sociedade como um todo e suas políticas culturais e econômicas.

Assim, tomando cuidado para não cair em um democratismo principiante, deve-se reconhecer a existência desta exclusão que, às vezes, é também auto-exclusão. O problema é claramente ético-político, econômico e cultural. A questão do acesso formal e informal ao conhecimento e à informação não é apenas um direito dos povos e um dever do Estado abstrato, é, hoje mais do que nunca, estratégico na competição dos mercados globais e chave no exercício da cidadania na sociedade contemporânea.

Entretanto, deve-se cuidar também para não se cair em um certo humanismo ingênuo que, no fim das contas, acaba por renegar ao outro sua riqueza, diversidade e potência próprias, porque, como se sabe, a única autonomia possível é aquela que é conquistada. É por isso que, quando se trata da questão da cidadania, se torna inevitável recitar os versos de Goethe:

Se viver livre ambicionas  
Arma-te e ao combate  
avança!<sup>(40)</sup>

---

#### Notas

- (1) Ver NIETZSCHE (1966).
- (2) Ver CAPRA (1999), MORIN (2000), NICOLESCU (2001).
- (3) Ver CASTELS (2001c) e GUATTARI (1990).
- (4) Ver BERNERS-LEE (2000).
- (5) Ver GUATTARI (1992b).
- (6) Ver MCLUHAN (2001).
- (7) Ver MATURA, VARELA (2001).
- (8) Ver LÉVY (1997b).
- (9) Ver LÉVY (2002b).
- (10) Ver NEGRI, LAZZARATO (2001).

- (11) Ver DERRIDA (1997), COLLI (1996)
- (12) Ver LÉVY (1998a).
- (13) Ver LÉVY (1999).
- (14) Ver, a este respeito, a idéia de “empresa em rede” de CASTELS (2000).
- (15) Ver HEGEL (1980).
- (16) Ver MARX, ENGELS (1980).
- (17) Ver ARENDT (1988).
- (18) Ver CASTORIADIS (1991).
- (19) Ver BOBBIO (1987).
- (20) Ver ARISTÓTELES (1998).
- (21) Ver CONSTANT (1985).
- (22) A idéia, tal como entendeu Platão, separada totalmente de seu referente, é sempre confusa, nunca clara e evidente. Quer dizer, a idéia de liberdade só existe na medida em que a relacionamos com uma certa sociedade e certas significações imaginárias sociais. O que era a liberdade para um grego, um romano antigo e o que é a liberdade para um burguês ou pequeno-burguês moderno? Conforme brilhantemente mostrou CONSTANT (1985), aquilo que os modernos entendem por liberdade é muito diferente daquilo que os antigos entendiam. Para aqueles a liberdade realiza-se no âmbito do ‘mundo privado’, enquanto, para estes, no âmbito do ‘mundo público’.
- (23) Ver CONSTANT (1985).
- (24) Mas também será preciso considerar toda uma técnica da destruição e da morte, ogivas e armas nucleares com terríveis potenciais, degradação ambiental em escala planetária, como, por exemplo, o problema da camada de ozônio.
- (25) Ver DELEUZE, GUATTARI (1976).
- (26) Ver LÉVY (1998a).
- (27) Ver ARISTÓTELES (1998).
- (28) Ver PLATÃO (1958a).
- (29) Ver TUCÍDIDES (1987).
- (30) Ver ARISTÓTELES (1998).
- (31) HOBBS (1979, p. 178) alerta para a confusão muito comum em relação ao conceito de liberdade. “Por liberdade, entende-se, conforme a significação própria da palavra, a ausência de impedimentos externos, impedimentos que, muitas vezes, tiram parte do poder que cada um tem de fazer o que quer, mas não podem obstar a que use o poder que lhe resta, conforme o seu julgamento e razão lhe ditarem. (...)”

Uma *lei da natureza (lex naturalis)* é um preceito ou regra geral, estabelecido pela razão, mediante o qual se proíbe a um homem fazer tudo o que possa destruir sua vida ou privá-lo dos meios necessários para preservá-la, ou omitir aquilo que pense poder contribuir melhor para preservá-la. Porque, embora os que têm tratado deste assunto costumem confundir *jux* e *lex*, o direito e a lei, é necessário distingui-los um do outro. Pois o direito consiste na liberdade de fazer ou de omitir, ao passo que a lei determina ou obriga a uma dessas duas coisas. De modo que a lei e o direito se distinguem tanto como a obrigação e a liberdade, as quais são incompatíveis quando se referem à mesma matéria.” (gm)

- (32) Ver BOBBIO (1987).
- (33) Sem dúvida, o “furacão” está apenas começando, ao menos em países como o Brasil. As mutações mais profundas ocorrerão quando o *computador em redes de alta velocidade* for para cada um o que é hoje, por exemplo, o rádio ou a televisão. Se a queda de preços dos computadores continuar, brevemente, um bom computador custará o preço de uma boa televisão e será, então, um objeto tão comum como esta.
- (34) Ver VIRILIO (1999).
- (35) Segundo LÉVY (2002, p. 25) 45% dos EUA estão conectados à Internet e é o país que mais promove o seu desenvolvimento.
- (36) Ver, por exemplo, o projeto Biblioteca Digital de Ciências Humanas << <http://caosmose.net/bibliotecadigital> >>, no qual se encontra um conjunto de sites selecionados na Web para ver não apenas a importância da língua inglesa na Web, mas também a diversidade de línguas aí presentes. Não seria demais falar dos tradutores automáticos, que tornam as possibilidades de compreensão estrangeira sensivelmente maiores.
- (37) Ver CAILLIAU, GILLIES (2000).
- (38) Ver NEGRI (2001).
- (39) Quantos livros já foram queimados - e quantas cabeças rolaram - simplesmente porque se contrapunham às verdades essenciais de sua época, seu povo, sua cultura, seu credo. O crime - o baixo e o alto crime - sempre foi uma constante na história da humanidade.
- (40) Ver GOETHE (1981).